



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade
Coordenação de Estágio Supervisionado

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DA DÍVIDA PÚBLICA
DA UNIÃO NO PERÍODO DE 2003 - 2012**

ERMÍNIA RAQUEL DE QUEIROZ SANTOS

CAMPINA GRANDE – PB
2014

ERMÍNIA RAQUEL DE QUEIROZ SANTOS

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DA DÍVIDA PÚBLICA
DA UNIÃO NO PERÍODO DE 2003 - 2012**

Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa.Dra. Sídia Fonseca Almeida

CAMPINA GRANDE - PB

2014

COMISSÃO DE ESTÁGIO

Membros:

Ermínia Raquel de Queiroz Santos

Aluna

Profa. Dra. Sídia Fonseca Almeida

Professora Orientadora

Profa. Msc. Patrícia Trindade Caldas

Coordenadora de Estágio Supervisionado

CAMPINA GRANDE - PB

2014

ERMÍNIA RAQUEL DE QUEIROZ SANTOS

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DA DÍVIDA PÚBLICA
DA UNIÃO NO PERÍODO DE 2003 - 2012**

Relatório aprovado em: 10 de setembro de 2014

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sídia Fonseca Almeida

Orientadora

Profa. Msc. Claudia Gomes de Farias

Examinadora

Prof. Msc. José Sebastião Rocha

Examinador

A DEUS, aos meus pais Vicente Queiroz e Maria Santana, meus tios Carlos e Paulo e a minha amiga-irmã Nidslley York, com todo meu amor e minha gratidão que tenho por vocês.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus por toda a força, apoio e companheirismo dados não apenas durante a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, mas durante toda a minha jornada acadêmica, que iniciou em 2010. Não foram dias fáceis. Deus me ensinou a caminhar cada vez e nunca desistir dos meus sonhos e objetivos, me fortalecendo a cada dia e enxugando cada lágrima derramada. A jornada não foi fácil, mas com o apoio de Deus, valeu a pena.

Aos meus pais, Maria Santana e Vicente Queiroz, expresso todo meu amor e gratidão, visto que abriram mão de tudo, que se esforçaram para me dar uma vida melhor, uma boa educação, não apenas a mim, mas também ao meu irmão Antonio Carlos, já formado em Engenharia de Produção.

Aos meus tios Paulo Queiroz e Carlos Queiroz, pela força e apoio nos estudos. Eles me mostraram o quanto vale a pena estudar, dar o melhor de si e buscar atingir os objetivos. Sou grata pelos conselhos constantes, que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal.

Agradeço o apoio e compreensão durante a realização desse trabalho ao meu irmão Antonio Carlos e a minha cunhada Suelyn Moraes. Vocês me mostraram o quanto devo prosseguir nos estudos e adquirir sempre o conhecimento.

A minha amiga-irmã Nidsley Yorke, sou eternamente grata pelo companheirismo, pela força, pela amizade, irmandade. Você é minha fonte de inspiração a lutar cada vez mais, a alcançar novos vãos. Você me mostrou como eu sou capaz de atingir todos os objetivos, de superar todos os obstáculos presentes. Mesmo com a distância, se fez presente através de mensagens e ligações. Uma amizade desde o período do Colégio até os dias de hoje. Agradeço de todo o meu coração por acreditar na minha capacidade de ser uma pessoa cada vez melhor.

Agradeço a minha amiga-irmã Roberta Ramos pela amizade desde os meus 11 anos de idade, que acompanhou toda a trajetória da minha vida, estando presente nos momentos importantes da minha vida.

Agradeço de coração à minha professora e orientadora Sídia Fonseca Almeida, pela força e apoio durante a realização deste trabalho. Sou agradecida pelos conselhos dados, mostrando sempre o seu profissionalismo e comprometimento.

Não posso deixar de agradecer aos amigos que fiz no curso de Administração da UFCG, amigos que eu vou levar para a vida toda, como Lorena Rayssa, a quem eu admiro, pela sua força de viver e sua espontaneidade, a Andrea Gomes, pela vontade de aprender cada

vez mais, a Angélica Vellozo, que me mostrou que é possível superar os obstáculos da vida, ao amigo Fábio Vilhena, por ter sido tão prestativo e a Michelle Gomes, que me mostrou o quanto devemos ser sinceros e correr atrás para atingir os objetivos e aos amigos Julliermy Almeida, Claudia Matias, Jaquellania Costa e Juliana Rodrigues pelo companheirismo demonstrado.

Aos meus amigos de trabalho da Orbitall, especialmente a Danielle Cabral e Myrna Amaral, Micaela Branco e Marylin Castro, pela amizade, companheirismo, pela força, por acreditar na minha capacidade e pelos conselhos dados. Agradeço de todo o meu coração a vocês.

Além de ter conquistado amigos no curso de Administração, fui privilegiada de ter conhecido amigos incríveis do curso de Economia. Júlio Cesar e Adolfo Matias, mesmo com o pouco tempo de amizade, sou agradecida pela força, companheirismo e paciência, amizade que vai além da UFCG.

RESUMO

Com o decorrer dos anos, a dívida pública brasileira vem sofrendo oscilações, atingindo grandes patamares, sendo estes resultados causados por diversos fatores socioeconômicos, dentre eles a inflação. Este trabalho buscou descrever a evolução dos indicadores da dívida pública brasileira, através de dados obtidos do Balanço Geral da União do período de 2003 a 2012, com ênfase nos dados relativos à administração direta, tendo como base alguns indicadores propostos pela SUDENE (1988). Trata-se de uma pesquisa documental indireta. Os dados foram tratados sob uma abordagem quantitativa e qualitativa, sendo tabulados e calculados através do uso da ferramenta Microsoft Excel 2007. Foram utilizadas as variáveis Receitas e Despesas do Balanço Orçamentário e Dívida Pública Federal Interna e Externa, relativas ao período analisado. Diante disso, foi verificado que durante quatro anos, no período de 2004 a 2008, o governo federal quitou a dívida externa existente junto ao Fundo Monetário Internacional, havendo um maior controle sobre a dívida externa. E, por outro lado, a dívida pública federal aumentou com o decorrer dos anos, comprometendo a cada dia mais as finanças brasileiras.

Palavras-Chave: Dívida Pública. Indicadores. Finanças Públicas da União.

ABSTRACT

In the last years, Brazilian's public debts suffered great oscillations, arriving in great heights, these results were caused by social and economic factors, one the them inflation. This study aim to describe the evolution of brazilian's public debts though of extracted data of General Balance of Union in period of years 2003 and 2012, with emphasis on data from direct, based on some indicators proposed by SUDENE (1988). It is an indirect documentary research. The data were treated in a quantitative and qualitative approach being tabulated and calculated by using Microsoft Excel 2007 tool Revenues and Expenses variables Budget Balance and Public Debt Federal Internal and External, for the analyzed period were used. Thus, it was found that for four years, from 2004 to 2008, the federal government paid off the existing debt to the International Monetary Fund, with greater control over the foreign debt. On the other hand, the federal debt has increased with the years, committing every day more Brazilian finances.

Keywords: Public Debt. Indicators. Public Finance Union.

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
DPMFE	Dívida Pública Mobiliária Federal Externa
DPMFI	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FMI	Fundo Monetário Internacional
LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PPA	Plano Plurianual
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCU	Tribunal de Contas da União

:

:

:

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tamanho da Dívida.....	38
Quadro 2 - Cálculo do Indicador do Tamanho da Dívida	39
Quadro 3 - Indicador do Serviço da Dívida em Relação à Receita Líquida	41
Quadro 4 - Cálculo do Indicador do Serviço da Dívida em Relação a Receita Líquida ...	42
Quadro 5 - Indicador Serviço da Dívida em Relação a Despesa Total	43
Quadro 6: Cálculo da Carga da Dívida em Relação a Despesa Total	44
Quadro 7 - Indicador da Importância do Crédito	46
Quadro 8 - Cálculo da Importância do Crédito	47
Quadro 9- Indicador da Importancia do Crédito Em Relação à Receita Total	48
Quadro 10 - Cálculo do Indicador da Importancia de Crédito em Relação à Receita Total.....	49
Quadro 11 - Indicador da Movimentação Líquida de Capitais	50
Quadro 12 - Cálculo da Movimentação Líquida de Capitais	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Indicador do Tamanho da Dívida.....	40
Gráfico 2 - Evolução do Indicador Carga da Dívida em Relação à Receita Líquida	43
Gráfico 3 - Evolução do Indicador Carga da Dívida em Relação à Despesa Total	45
Gráfico 4 - Importância do Crédito em Relação à Despesa Total	47
Gráfico 5 - Importância do Crédito em Relação à Receita Total	49
Gráfico 6 - Comportamento da Movimentação Líquida de Capitais	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE ESTUDO.....	14
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	17
2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO	19
<i>2.2.1 Ciclo Orçamentário</i>	20
2.3 RECEITA PÚBLICA	22
2.4 DESPESA PÚBLICA.....	25
2.5 DÍVIDA PÚBLICA.....	27
<i>2.5.1 Dívida Pública Federal (DPF)</i>	28
<i>2.5.2 Indicadores Financeiros do Endividamento Público</i>	28
<i>2.5.2.1 Tamanho da dívida</i>	29
<i>2.5.2.2 Carga da dívida</i>	29
<i>2.5.2.3 Capacidade de pagamento de um governo</i>	30
<i>2.5.2.4 Importância do crédito</i>	30
<i>2.5.2.5 Movimentação Líquida de Capitais</i>	31
3 METODOLOGIA	32
3.1. TIPOLOGIA DA PESQUISA	32
3.2 ASPECTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA: COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	33
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	35
4.2 INDICADORES FINANCEIROS DA DÍVIDA PÚBLICA.....	36
<i>4.2.1 Tamanho da Dívida</i>	36
<i>4.2.2 Carga da Dívida</i>	40
<i>4.2.2.1 Carga da Dívida em Relação à Receita Líquida</i>	40
<i>4.2.2.2 Carga da Dívida em Relação à Despesa Total</i>	43
<i>4.2.3 Importância do Crédito</i>	45

4.3.3.1 Importância do Crédito em Relação à Despesa Total	45
4.2.3.2 Importância do Crédito em Relação à Receita Total	47
4.2.4 Movimentação Líquida de Capitais.....	49
4.3 A DINÂMICA DO GERENCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA.....	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE ESTUDO

Finanças Públicas é uma área do conhecimento que estuda o funcionamento das atividades governamentais, ou seja, como os Estados administram a captação de recursos financeiros, estudando também o comportamento da dívida pública. A dívida é originada, principalmente a partir de acúmulos de *déficits* públicos (receitas menos despesas) passados, incluídos nas despesas, os próprios juros devidos. Entende-se por *déficit* a diferença entre receitas e despesas, havendo a existência de *déficit* quando as despesas são maiores que as receitas.

A dívida é representada por diferentes modos, sendo os mais comuns: dívida bruta (que considera os passivos do governo) e a dívida líquida (que desconta dos passivos os ativos que o governo possui). O setor público, para efeitos de consideração dos indicadores da dívida, considera as instituições públicas não financeiras como fundos públicos que não possuem características de intermediação financeira, cujas fontes de recursos sobrevêm de contribuições fiscais. Com isso, a dívida pública de uma federação compreende a dívida interna (representada pelo somatório de débitos através de empréstimos feito pelo governo) e externa (relacionada com a soma de débitos externos existentes) da administração municipal, estadual e federal. Cabe ainda destacar o conceito de dívida como sendo caracterizada como uma obrigação de determinada entidade com terceiros, gerada pela diferença entre despesas e receitas dessa entidade, ou seja, só se justifica a existência de dívida quando há *déficit* (despesas maiores que receitas).

Nos últimos oito anos, a dívida pública do Brasil alcançou um endividamento de 2 trilhões de reais, sendo que destes, 300 bilhões se referem aos títulos emitidos para capitalização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), representando um endividamento crescente e elevado. Nos meses de setembro a outubro de 2013, somou o resultado de 810 bilhões de reais sobre o estoque de títulos pré-fixados. Este resultado deve-se, principalmente, ao aumento dos índices de preços (inflação). Dentre os países que representam o G-20, como a África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México, dentre outros, em

relação ao Produto Interno Bruto, o Brasil apresentou maior endividamento, ultrapassando a Índia.

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Diante dessa exposição, o presente trabalho busca estudar a evolução dos Indicadores da Dívida Pública da União, tendo em vista a necessidade de compreender a importância desses indicadores e sua influência para a crescente evolução da dívida interna e externa do Brasil dos últimos dez anos.

Diante do agravamento progressivo do desajuste das finanças públicas no Brasil, marcado pela elevação de taxas de juros e pelo aumento da pressão inflacionária e do déficit público, o que pressiona negativamente o investimento privado, e ainda, levando em consideração os altíssimos custos sociais impostos pelo endividamento público, justifica-se a importância de um estudo desta natureza, de modo que o mesmo possa contribuir para o preenchimento de uma lacuna existente em termos de conhecimento da realidade em que se insere a problemática adotada. Em linhas gerais, a adoção desta temática justifica-se pela tentativa de ampliar o número de temas pesquisados, dentro do marco teórico a que se refere e, finalmente, pela possibilidade de gerar, para a sociedade em geral, conhecimento sobre as dificuldades que ameaçam a administração pública, por meio de uma investigação sistemática e atualizada sobre o endividamento público e seus respectivos indicadores.

Pode-se afirmar, diante de todas as colocações postas até então, que a presente pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento central: ***“Como se comportaram as operações de crédito públicas internas e externas, bem como seus respectivos indicadores, no âmbito da União, durante o período 2003 a 2012?”***

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Na tentativa de encontrar respostas para a problemática de pesquisa definida, foi estabelecido o seguinte objetivo geral:

Analisar o comportamento das operações de crédito públicas, bem como a sua influência sobre os principais componentes da receita e da despesa pública da União, durante o período 2003 a 2012.

Para atender o objetivo geral, foi necessário atingir os seguintes objetivos específicos:

- a) Realizar levantamento bibliográfico sobre os principais conceitos acerca da Administração Pública, das Finanças Públicas, da Dívida Pública e de seus respectivos indicadores;
- b) Calcular alguns indicadores da dívida pública da União, à luz do referencial teórico abordado;
- c) Descrever o comportamento dos indicadores calculados durante o período estudado;
- d) Verificar os avanços do gerenciamento da Dívida Pública com base nos relatórios da Dívida Pública.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo propiciar a compreensão dos principais temas relacionados com a dívida pública brasileira, abordando, sob uma perspectiva panorâmica, uma breve conceituação de Administração Pública, de Orçamento Público, de Receita e Despesa Pública e de Dívida Pública, chegando, por fim, a uma abordagem conceitual de alguns indicadores do endividamento público.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

É evidente a ausência de definição clara de administração pública, advinda da própria complexidade que o termo traz. Para Matias-Pereira (2010), o conceito de Administração Pública é diversificado, estando sujeito a diferentes formas de interpretação, podendo ser resumido da seguinte forma, de acordo com o ponto de vista de Matias-Pereira (2010, p.62):

Num sentido amplo, designa o conjunto de serviços e entidades incumbidos de concretizar as atividades administrativas, ou seja, da execução das decisões políticas e legislativas. Assim, a Administração Pública tem como propósito a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito dos três níveis de governo: federal, estadual ou municipal, segundo preceitos de Direito e da Moral, visando o bem comum.

Diante de tal complexidade, verifica-se a necessidade de uma representação do conceito de administração pública. Na concepção de Waldo (1971, *apud* MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 24), "administração pública são as organizações e a gerência de homens e materiais para a consecução dos propósitos de um governo e são a arte e a ciência das gerências aplicadas aos negócios de Estado".

Quanto aos fundamentos constitucionais do Estado, em relação à administração pública, tem-se que a República Federativa do Brasil, conforme definido no art. 1 da Constituição Federal de 1988, constituída em estados democráticos, fundamenta-se na soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, nos valores do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo político.

O art. 37 da Constituição de 1988 se relaciona com a administração pública, afirmando que a "administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência." Assim, cabe destacar que a função da administração pública é atender a população que habita em qualquer região do país.

O controle administrativo pode ser definido de acordo com a perspectiva em que os órgãos de administração dos demais poderes exercem sobre suas próprias atividades. Ele está submetido ao controle da lei, como a legalidade, conveniência e eficiência das necessidades do serviço. De modo geral, esse controle pode ser de caráter interno ou externo.

De acordo com Meirelles (1991, p.564), controle interno é definido como:

Todo aquele realizado pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, no âmbito da própria administração. Assim, qualquer controle efetivado pelo executivo sobre seus serviços ou agentes é considerado interno, como interno será também o controle do Legislativo ou judiciário, por seus órgãos de administração, sobre o seu pessoal e os atos administrativos.

Assim, destaca-se também que cabe ao controle interno apoiar o externo no exercício de sua missão institucional (RT. 74, IV, Constituição Federal). Assim, são finalidades do controle interno, de acordo com Meirelles (1991, p.564):

Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual; apoiar o controle interno no exercício de sua missão institucional; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Quanto à questão do Controle Externo, cabe destacar que a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 70, estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração indireta e direta é exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo e estabelece também que o controle externo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual incumbe uma série de competências exclusivas.

2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO

A literatura especializada deixa claro que a atividade financeira do Estado se justifica por ser o somatório de ações que almejam satisfazer as necessidades públicas. Partindo dessa perspectiva, tem-se o Orçamento como o instrumento capaz de viabilizar tal atendimento às necessidades sociais, visto que é o mesmo que estabelece as despesas com base em receita previamente estimada, ou seja, o poder público nada pode realizar sem que esteja previsto pelo Orçamento. É ainda o instrumento que serve de elo técnico-político entre os Poderes Executivo e Legislativo. Desta forma, é possível qualificar o Orçamento, não como um instrumento, mas como um processo de natureza complexa e dinâmica por reunir ações de elaboração, aprovação e monitoramento. Baleeiro (1976 apud JUND, 2006, p. 65), na tentativa bem sucedida de definir o Orçamento, afirmou que o mesmo:

É considerado o ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza ao Poder Executivo, por certo período e em pormenor, as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou feral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei.

Através da atividade financeira, o governo federal tem como objetivo viabilizar o atendimento das necessidades públicas. Para tanto, utiliza-se o Orçamento Público para estabelecer o uso dos recursos financeiros para prever despesas e elencar receitas, sendo isso de grande importância de controle financeiro.

Conforme Costin (2010), o Orçamento é feito pelo Poder Público, sendo o instrumento mais preciso das Finanças Públicas. Costin (2010) destaca ainda que o cidadão, como forma de exercício da democracia, deve se manter informado sobre como deve ser o uso dos recursos financeiros para atender às necessidades sociais.

De acordo com Giacomoni (2005, apud COSTIN, 2010), o Orçamento não é apenas uma ferramenta das Finanças Públicas, mas serve como instrumento para auxiliar o governo na execução de projetos, visto que é obrigatória a elaboração de planos plurianuais, definindo despesas do exercício financeiro anual, a qual deve ser registrada de forma legal, dado que consiste em uma atividade complexa e longa.

Destaca-se, por fim, a importância que os gestores públicos pautem suas ações e decisões na aplicabilidade dos princípios orçamentários, os quais são exaustivamente citados e expostos na literatura, sendo resumidos em doze por Giacomoni (2007), a saber: Princípio da Unidade; Princípio do Orçamento Bruto; Princípio da Anualidade; Princípio da Não-Afetação das Receitas; Princípio da Discriminação; Princípio da Exclusividade; Princípio do Equilíbrio; Princípio da Clareza; Princípio da Publicidade; Princípio da Exatidão e Princípio da Programação.

2.2.1 Ciclo Orçamentário

O ciclo orçamentário começa através do Plano Plurianual (PPA), sendo o poder executivo responsável pela elaboração do projeto, que é válido por quatro anos, contados a partir do segundo ano de mandato do governante. Inicialmente, a elaboração do PPA é analisada pela Comissão Mista de Planos, sendo esta responsável por emitir um Parecer, através do relatório desse plano. Com isso, o PPA deve ser aprovado pelo Poder Legislativo. Através do Plano Plurianual, de acordo com a Lei 4.320 (1964, apud COSTIN, 2010), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborada, a qual compreende segundo a Constituição Federal (art. 164.II, da CF/88):

as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras de fomento.

Na visão de Jund (2006), existia uma divergência entre o PPA e o Orçamento Anual, visto que nos Planos Plurianuais era difícil distinguir as ações que eram incorporadas e implementadas no Orçamento Anual, tornando-se difícil de cumprir. Com isso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) surgiu como um instrumento que interliga o plano das ações governamentais e o Orçamento. Conforme o art. 164.II, da CF/88, a LDO compreende as metas da Administração Pública, onde são incluídas despesas do exercício financeiro subsequente, autorizando aumentos salariais, como também a criação de cargos públicos e contratação de pessoal das entidades da Administração Pública.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, por sua vez, configura-se como sendo o elo entre o plano estratégico – PPA e o plano operacional, materializado por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), que compreende a programação das ações a serem executadas, visando a viabilização das projeções do PPA, buscando a concretização em conformidade com a LDO e contendo a previsão da receita e fixação da despesa. A LOA, que contempla o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das estatais e o orçamento da Seguridade Social, tendo vigência anual e restrita ao exercício financeiro.

Não pode deixar de ser ressaltado o fato de que o ciclo orçamentário deve respeitar e seguir as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir da elaboração de cada um dos projetos, indo até a aprovação e implementação dos mesmos. Jund (2006, p. 86) esclarece que o Plano Plurianual, cuja vigência, como o próprio termo sugere, é prevista para um prazo de quatro anos, objetiva “estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

Por fim, cabe esclarecer, no contexto das finanças da União, que o Orçamento Geral da União, de acordo com Costin (2010, p. 100), consolida três orçamentos, a saber:

- I – o orçamento fiscal referente aos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos da área da saúde e da previdência social, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos pelo Poder Público.

Tendo discorrido sobre a administração pública e sobre o processo orçamentário no contexto da União, o texto segue discorrendo sobre Receitas e Despesas Públicas.

2.3 RECEITA PÚBLICA

No ponto de vista de Paludo (2013), o Estado tem como responsabilidade administrar a atividade financeira, visando o bem comum de todos, sendo essas atividades advindas de recursos que são destinados para atender às necessidades públicas e que para que possa ser promovido o bem comum. Cabe ao governo fazer intervenção na Economia, sendo utilizado o Orçamento Público, que faz o processo distributivo dos recursos. Com isso, os recursos públicos, ainda de acordo com Paludo (2013), são advindos através da obtenção de receitas, por meio das quais se materializam os ingressos financeiros aos cofres públicos.

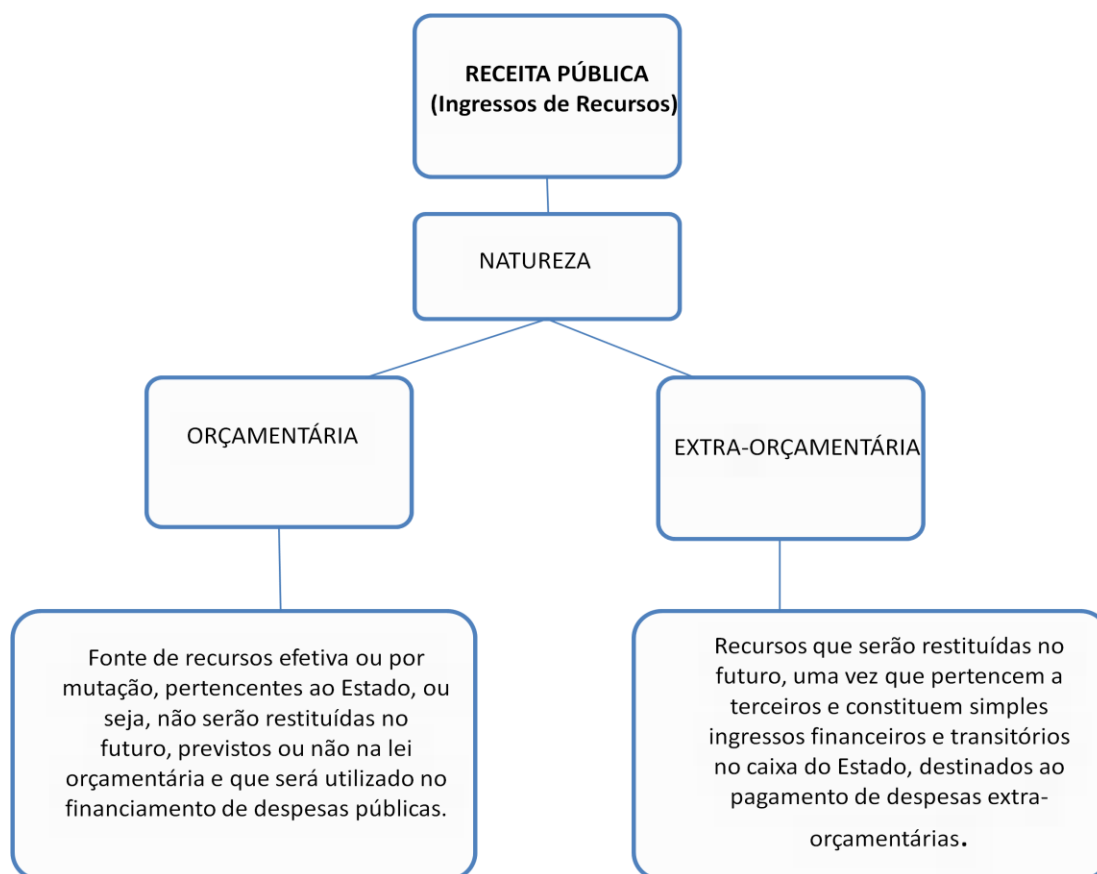
Andrade (2005, apud BERNARDONI & CRUZ, 2010, p. 80), definem a Receita Pública como sendo “o conjunto de ingressos monetários aos cofres públicos, provenientes de várias fontes e fatos geradores, que formam as disponibilidades financeiras com as quais a Fazenda Pública pode dispor para o financiamento das despesas públicas.”

Jund (2006, p.139), por sua vez, conceitua a Receita Pública da seguinte forma:

A receita pública, portanto consiste no conjunto de ingressos financeiros, com fontes e fatos geradores próprios e permanentes, originados da ação e atributos inerentes à instituição, que, na qualidade de elemento novo, produz acréscimos patrimoniais, sem, contudo, gerar obrigações, reservas ou reivindicações de terceiros.

Ao classificar a Receita Pública, Jund (2006) apresenta que a mesma pode ser de duas naturezas: Orçamentária, na qual os recursos são destinados diretamente ao Patrimônio, não havendo restituição no futuro e Extra-orçamentária que, diferentemente da Orçamentária, prevê a restituição dos recursos no futuro. Para melhor visualização, a Figura 1 ilustra a classificação das Receitas, de acordo com a sua natureza.

Figura 1 - Classificação da Receita Pública, segundo a sua Natureza



Fonte: Adaptado de JUND (2006)

Jund (2006) explica ainda que, em conformidade com os mais diversos doutrinadores, as Receitas Públicas podem ser classificadas de acordo com outros critérios, a saber:

1) *Quanto à sua Natureza, podem ser subdivididas em:*

- a) **Receitas Orçamentárias**, que são incorporáveis ao patrimônio público, previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- b) **Receitas Extra-Orçamentárias**, as quais não estão previstas na LOA, compreendem as entradas de caixa ou crédito, de caráter temporário, que não integram o orçamento e são acolhidas pelo tesouro como simples depositário.

2) *Quanto à Categoria Econômica (apenas no caso das receitas orçamentárias):*

a) Receitas Correntes, que compreendem os recursos originários de receitas efetivas arrecadadas de pessoas de Direito Público ou Privado, destinados a gastos constantes e subdividem-se em:

Receita Tributária: impostos, taxas e contribuições de melhorias.

Receita Patrimonial: proveniente da sublocação dos elementos patrimoniais.

Receita Agropecuária: oriunda de atividades agropecuárias.

Receita Industrial: originada a partir das atividades industriais.

Receita de Serviços: gerada a partir da prestação dos diversos tipos de serviço.

Transferências Correntes: originárias de outros órgãos ou entidades, para fins de aplicação em despesas correntes.

Outras Receitas Correntes – advinda de nenhuma das origens listadas nas subcategorias anteriores.

b) Receitas de Capital, que correspondem aos ingressos financeiros oriundos de atividades permanentes ou não para fins de aplicação em despesas operacionais, correntes ou de capital. Podem ser classificados em:

- Operações de Crédito, que são geradas a partir da oferta de títulos públicos ou da contratação de empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras.
- Alienação de Bens, que resulta na conversão de bens e direito sem espécie.
- Amortização de Empréstimos, por meio da qual ocorrem os recebimentos de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- Transferências de Capital, as quais independem da contraprestação direta de bens e serviços e tem como objetivo a aplicação em despesas de capital.
- Outras Receitas de Capital, que equivalem aos ingressos das mais diversas origens e não podem ser classificados nas subdivisões já citadas.

3) *Quanto ao Poder de Tributar*, as receitas tributáveis podem ser classificadas de acordo com o ente federativo competente: União, Estados, Distrito Federal e Municipal, representados pelos respectivos governantes.

4) *Quanto à Afetação Patrimonial*

c) Receitas Efetivas, que contribuem para o aumento do patrimônio líquido e integram o patrimônio público.

d) Receitas por Mutações Patrimoniais, as quais resultam de fatos contábeis ou comutativos.

5) *Quanto à Regularidade*

Receitas Ordinárias, que ocorrem de forma contínua.

Receitas Extraordinárias, que ocorrem raramente, a exemplo dos empréstimos compulsórios.

6) *Quanto à Coercitividade*

Receitas Originárias, as quais resultam da exploração do patrimônio público através de locação, aluguéis e inversões financeiras de bens públicos.

Receitas Derivadas, as quais se originam dos tributos arrecadados sob a ótica do princípio da anterioridade.

Ao tratar da classificação da Receita Pública, Paludo (2013, p. 194) destaca a seguinte observação:

As classificações não são um fim, mas um meio para atender às exigências de informações demandadas por todos os interessados nas questões de finanças públicas, como os poderes públicos, os órgãos de controle, as organizações públicas e privadas e os cidadãos em geral.

2.4 DESPESA PÚBLICA

Como já foi citado anteriormente, o Estado tem a responsabilidade de administrar a atividade financeira, para que possa satisfazer as necessidades de ordem jurídica e social. Para que isso possa ser feito, cabe ao governo liberar recursos para que as atividades e programas possam ser executados. Sendo esses recursos liberados para a promoção das atividades de caráter constitucional e jurídico denominado por despesa pública.

Entende-se como despesa pública, segundo Paludo (2013, p. 237), o ato de “[...] despender recursos. É com a execução das despesas públicas que os programas e ações do Governo são realizados e as necessidades da população são atendidas”.

Jund (2006, p. 187), por sua vez, faz uma abordagem mais completa sobre a despesa pública definindo-a como sendo: “o conjunto de dispêndios do Estado ou de outra pessoa de direito público a qualquer título, a fim de saldar gastos fixados na lei do orçamento ou em lei especial, visando a realização e o funcionamento dos serviços públicos”.

É importante frisar, de acordo com Paludo (2013), que as despesas públicas devem apenas ser liberadas de acordo com a autorização da LOA, não devendo ultrapassar o exercício financeiro e estar contida no PPA a sua autorização.

A classificação das despesas segue basicamente o mesmo raciocínio da tipificação das receitas públicas.

O Manual de Despesa Nacional aborda, de forma clara, o conceito da Despesa Pública e suas classificações, conforme esquematizado na Figura 2.

Figura 2 - Classificação da Despesa Pública



Fonte: Manual de Despesa Nacional(2008)

No tocante à categorização da Despesa Pública, Jund (2006) expõe as cinco formas mais comuns de tipificação:

1) Quanto à Natureza

- a) **Despesas Orçamentárias**, previamente autorizadas pelo Legislativo, as quais se subdividem em Corrente (Despesas de Custeio e Transferências Correntes) ou de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras, Transferências de Capital).
- b) **Despesa Extra-Orçamentárias**, que são caracterizadas pela devolução de recursos financeiros pertencentes a terceiros.

2) Quanto à Categoria Econômica

- a) **Despesas Correntes** que são destinadas ao cumprimento e manutenção dos serviços prestados pela Administração e se classificam em: Despesas de Custeio e Transferências Correntes.

- b) **Despesas de Capital**, que exercem influência direta para a formação ou aquisição de um bem de capital, podendo ser: Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital
- 3) *Quanto à Competência Institucional: Federal, Estadual e Municipal.*
- 4) *Quanto à Afetação Patrimonial:*
- a) **Despesas Efetivas**, de caráter obrigatório.
 - b) **Despesas por Mutações Patrimoniais**, não efetivas, por não alterarem o patrimônio líquido do Estado.
- 5) *Quanto à Regularidade:*
- **Ordinárias**, que provêm a manutenção do serviço público.
 - **Extraordinárias**, de natureza temporária e esporádica.

2.5 DÍVIDA PÚBLICA

De acordo com Mendonça (2005), toda dívida pública tem seu principal ponto de partida em um desequilíbrio no lado real da economia: o governo, em uma ou várias de suas instâncias, certamente gastou mais do que arrecadou. Assim, gera-se uma situação em que a despesa é maior do que a receita, resultando em um fluxo deficitário, o que faz surgir o estoque da dívida.

No caso do Brasil, merecem destaque, segundo Mendonça (2005), as dívidas ocultas na contabilidade do governo que, ao se tornarem conhecidas, elas acrescentam um novo estoque ao inicial, que já vem sendo administrado.

Entende-se como sendo dívida pública, sob o ponto de vista de Castro e Silva (2004, *apud* SAMPAIO, 2007), o conjunto de dívida flutuante, a curto prazo, e dívida interna e externa a longo prazo. Tendo o mesmo consenso, Costin (2010) aborda que a dívida é constituída por todas as somas que o setor público não financeiro deve ao setor financeiro e privado.

Como citado anteriormente, ao expor o conceito da dívida pública do setor público, Costin (2010, p. 120) afirma que: “Considera-se como setor público não financeiro as administrações diretas federal, estaduais e municipais, as administrações indiretas, o sistema público de previdência social e as empresas estatais não financeiras federais, estaduais e municipais.”.

2.5.1 Dívida Pública Federal (DPF)

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) apresenta a seguinte definição para a Dívida Pública Federal: “é a dívida contraída pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do Governo Federal, nele incluído o refinanciamento da própria dívida, bem como, para realizar operações com finalidades específicas definidas em lei”.

Ainda de acordo com as informações disponibilizadas pela STN, a Dívida Pública Federal pode ser classificada quanto à forma utilizada para o endividamento e quanto à moeda na qual ocorrem os fluxos de recebimento e pagamento da dívida.

No que diz respeito à forma, o endividamento por ocorrer por meio da emissão de títulos públicos (dívida mobiliária) ou pela assinatura de contratos (dívida contratual).

Os títulos públicos federais são instrumentos financeiros de renda fixa, emitidos pelo Governo Federal via oferta pública (leilão) ou diretamente ao detentor. Já os contratos são usualmente firmados com organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com agências governamentais, como o Japan Bank For International Cooperation e o KfW, e com bancos privados.

Em relação à moeda na qual ocorrem seus fluxos de recebimento e pagamento, a Dívida Pública Federal pode ser classificada como interna (pagamentos e recebimentos são realizados na moeda corrente em circulação no país) ou externa (fluxos financeiros ocorrem em moeda estrangeira, usualmente o dólar norte-americano).

De acordo com a STN, atualmente, toda a Dívida Pública Federal em circulação no mercado nacional é paga em real e captada por meio da emissão de títulos públicos, sendo por essa razão definida como Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi). A Dívida Pública Federal existente no mercado internacional, por sua vez, é paga em outras moedas e tem sido captada, tanto por meio da emissão de títulos, quanto por contratos, sendo por isso definida como Dívida Pública Federal externa (DPFe).

2.5.2 Indicadores Financeiros do Endividamento Público

Almeida (1996, p. 17) argumenta que “a literatura existente sobre os indicadores quantitativos do endividamento público não aponta nenhum indicador capaz de revelar,

por si só, a situação do endividamento de um governo”. Silva (1976, p. 26-27 *apud* ALMEIDA, 1996, p. 18), apresenta alguns “indicadores de endividamento para países selecionados, tais como: indicadores do tamanho da dívida pública, indicadores da carga da dívida e indicadores da capacidade de pagamento de um governo”.

Por fim, merece destaque a abordagem da SUDENE (1988, *apud* ALMEIDA, 1996, p. 18-23), que em sua obra intitulada por “Endividamento dos Estados da Região Nordeste”, mais dois indicadores de endividamento, a saber: importância do crédito e movimentação líquida de capitais, os quais se encontram expostos a seguir.

2.5.2.1 Tamanho da dívida

O tamanho da dívida é conceituada, conforme Silva (1976, *apud* ALMEIDA, 1996), como o saldo que o governo deve de um determinado exercício financeiro, tendo como resultado a relação do saldo devedor de um período e a variável da receita pública. Para analisar o endividamento público, a SUDENE (1988, *apud* ALMEIDA, 1996) trabalha com indicadores:

- a) Indicadores do Tamanho da Dívida da Administração Direta
 - a.1) Dívida Fundada/ Receita Líquida
 - a.2) Dívida Total/ Receita Líquida
 - a.3) Dívida Potencial/ Receita Líquida;
- b) Indicadores do Tamanho da Dívida da Administração Descentralizada
 - b.1) Dívida Total/ Receita Líquida
- c) Indicadores do Tamanho da Dívida da Atividade Empresarial Estatal
 - c.1) Passivo Terceiros/ Ativo Total
 - c.2) Passivo Terceiros/ Receita Operacional

2.5.2.2 Carga da dívida

Refere-se, de acordo com Almeida (1996, p. 19), "ao volume de recursos utilizados para saldar os compromissos da dívida (juros e amortizações) num dado

período", que podem ser relacionadas ao endividamento e à receita. Para a referida análise de estudo, segundo SUDENE (1988, *apud* ALMEIDA, 1996), são trabalhados os indicadores:

- a) Indicadores da Carga da Dívida Direta
 - a.1) Serviço da Dívida/ Receita da Dívida
 - a.2) Serviço da Dívida/Despesa Total
- b) Indicadores da Carga da Dívida da Administração Descentralizada
 - b.1) Serviço da Dívida/ Receita Líquida
- c) Indicadores da Carga da Dívida da Atividade Empresarial Estatal
 - c.1) Encargos Financeiros / Receita Operacional

2.5.2.3 Capacidade de pagamento de um governo

A SUDENE, em obra já mencionada, utiliza os seguintes índices relativos à capacidade de pagamento dos estados da Região Nordeste:

- a) Indicadores da Capacidade de Pagamento da Administração Direta
 - a.1) Serviço da Dívida/Margem Líquida de Recursos
- b) Indicadores da Capacidade de Pagamento da Administração Descentralizada
 - b.1) Serviço da Dívida/ Margem Líquida de Recursos
- c) Indicadores da Capacidade de Pagamento da Atividade Empresarial Estatal
 - c.1) Despesas Financeiras/Saldo Operacional

2.5.2.4 Importância do crédito

Para Almeida (1996, p. 22), “este índice aponta o grau de relevância dessa modalidade de financiamento na estrutura das receitas e despesas de determinada economia, ou seja, indica o grau de dependência de determinado governo em relação às operações de crédito”.

A SUDENE (1988, p. 32 *apud* ALMEIDA, 1996, p.22), calculou os seguintes índices relativos à importância das operações de crédito:

- a) Indicadores da Importância do Crédito para a Administração Direta:
 - a.1) Operações de Crédito/Despesa Total;
 - a.2) Operações de Crédito/ Receita Total;
 - a.3) Operações de Crédito + Dívida Flutuante/Receita Líquida
 - a.4) Operações de Crédito/ Investimento Fixo
- b) Indicadores da Importância do Crédito para a Administração Descentralizada:
 - b.1) Operações de Crédito/Despesa Total
 - b.2) Operações de Crédito + Dívida Flutuante/ Receita Líquida
- c) Indicadores da Importância do Crédito para a Atividade Empresarial Estatal:
 - c.1) Passivo Terceiros/Ativo Imobilizado

2.5.2.5 Movimentação Líquida de Capitais

Ao se referir a este indicador, de acordo com Almeida (1996), mostra o quanto a captação de créditos é suficiente para que possa ser efetuado financiamento de investimentos, sendo que a captação líquida é equivalente ao saldo existente com a entrada de créditos e a saída sendo através dos juros e amortizações.

- a) Indicadores da Movimentação Líquida de Capitais para a Administração Direta
 - a.1) Operações de Crédito – Serviço da Dívida
 - a.2) Operações de Crédito – Serviço da Dívida/ Investimento Fixo
- b) Indicadores da Movimentação Líquida de Capitais para a Administração Descentralizada
 - b.1) Operações de Crédito – Serviço da Dívida/ Investimento Fixo

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo abordar a maneira pela qual foi executado o estudo, os meios e métodos utilizados, a sua caracterização, bem como os principais aspectos operacionais que deram sustentação à sua realização.

O objeto de estudo do respectivo trabalho refere-se ao levantamento dos dados referentes à dívida pública brasileira, realizada diretamente do Tesouro Nacional, tendo como base os indicadores da dívida pública para avaliar a sua evolução entre o período de 2003 a 2012, buscando verificar o seu comportamento durante este recorte temporal.

3.1. TIPOLOGIA DA PESQUISA

Do ponto de vista metodológico, existem diversas maneiras para fazer a classificação de um estudo.

De acordo com Gil (2010), uma pesquisa, para ser coerente, precisa ter estabelecida a necessidade dos critérios da mesma, podendo ser selecionados métodos de classificação, tais como: fazer a definição da área de conhecimento, a qual será subdividida em áreas inter-relacionadas; definir finalidade da busca de soluções de problemas identificados e fazer a ampliação do conhecimento, podendo gerar novas questões a serem estudadas; classificar os dados de acordo com os objetivos gerais (pesquisa exploratória, descritiva e explicativa) e, por fim, utilizar metodologias de acordo com os dados, que podem ser quantitativos, qualitativos, de campo ou experimental.

Diante do exposto, pode-se afirmar que esta pesquisa, quanto aos fins, se classifica como descritiva, cuja finalidade, de acordo com Lakatos (2010), é procurar realizar uma análise das características dos fatos e fenômenos. Segundo Vergara (2007), a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou fenômeno. E de acordo com a abordagem de Gil (2010), a pesquisa descritiva busca identificar relações entre variáveis, o que vem a atender o objetivo deste estudo que é verificar a evolução dos indicadores da dívida pública brasileira, no período de 2003 a 2012.

Quanto aos meios, a presente pesquisa caracteriza-se como sendo bibliográfica e documental indireta, uma vez que investiga fontes primárias, com o intuito de descrever e analisar dados, além de compará-los no período de estudo. Destina-se ainda a

selecionar, de acordo com Vergara (2007), conhecimentos prévios trabalhados por outros autores, já organizados e disponíveis em jornais, redes eletrônicas, livros e artigos, dentre outras fontes.

Os dados foram extraídos dos Balanços Gerais da União e de Relatórios e Pareceres das Contas do Governo da República no sítio oficial da Controladoria Geral da União (CGU), de Relatórios de pesquisas baseadas nos Relatórios Anuais da Dívida, divulgados pelo Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e referem-se às Receitas, Despesas e Dívida Pública da União, correspondendo à série histórica de 2003 a 2012.

Merece destaque a observação de Gil (2010), quando o autor ressalta que a análise documental secundária já passou por tratamento analítico, sendo apresentada por órgãos governamentais, por meio de Relatórios oficiais, o que justifica o fato de que os procedimentos adotados podem ser parecidos com o de outras pesquisas bibliográficas.

3.2 ASPECTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA: COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os respectivos dados foram obtidos através da coleta documental indireta, sendo realizada através de arquivos públicos, disponibilizados em sítios oficiais de órgãos governamentais, acessíveis para a população em geral pela Web.

Diante dos dados coletados neste estudo, foram destacados os itens referentes às Receitas e Despesas da União, bem como os itens referentes ao endividamento público federal, correspondentes ao período de 2003 a 2012.

A coleta de dados foi realizada a partir da extração de informações de relatórios e pareceres anuais nos sítios da CGU, do TCU e do Ministério da Fazenda, no período compreendido entre março e agosto de 2014.

Quanto ao tratamento e análise dos dados, foi utilizada uma abordagem quantitativa e qualitativa. Em um primeiro momento, contou-se com o auxílio técnico do *software* Microsoft Excel 2013, a partir do qual os dados foram tabulados, para que, em seguida, fossem calculados os indicadores do endividamento público e organizados em gráficos.

Foram calculados e interpretados os seguintes indicadores: Tamanho da Dívida; Carga da Dívida: em Relação à Receita Líquida e em Relação à Despesa Total;

Importância do Crédito: em Relação à Receita Total e em Relação à Despesa Total e à Importância do Crédito em Relação à Receita Total e em Relação à Despesa Total e, por fim, Movimentação Líquida de Capitais

Em seguida, sob uma perspectiva qualitativa, os indicadores foram analisados, à luz do referencial teórico abordado.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O endividamento público da União vem sendo um fator de preocupação do governo e da sociedade como um todo. Na última década, sofreu inúmeras oscilações, causadas, inicialmente, pelo aumento de preço do petróleo, o qual foi motivado pela limitação da oferta de barris. Nesse contexto, merece também destaque a crise econômica mundial, na qual começou a se verificar uma provável crise no mercado mobiliário norte-americano em 2006, o qual ganhou força nos anos seguintes, atingindo primeiramente os Estados Unidos e, em seguida, os países do continente europeu.

Sabe-se, portanto, que o Brasil foi o último país a entrar na crise através de medidas que foram tomadas pelo governo para amenizar a situação existente que estava preocupando o mundo, principalmente a Europa. Um fato diretamente relacionado com a gestão da dívida pública e merece atenção foi a decisão do governo brasileiro de realizar o pagamento antecipado da dívida externa existente em 2006, junto ao FMI e ao Clube de Paris, a qual totalizava cerca de U\$\$ 18 bilhões, observando-se também o pagamento nos anos seguintes.

Assim, o governo antecipou o pagamento da dívida externa existente junto ao FMI, sendo este quitado no ano de 2008. Verifica-se que os pagamentos referentes a juros e amortizações foram oscilantes, podendo estes ser observados nos relatórios do Balanço Orçamentário da União, tanto nas despesas correntes, como nas despesas de capital. É importante destacar que a dívida externa diminuiu nos anos seguintes, aumentando progressivamente a dívida interna, fazendo com que o governo recorresse às operações de crédito para financiar os investimentos da administração pública federal.

O pagamento da dívida existente se tornou uma tarefa difícil diante do panorama das receitas e despesas existentes, fazendo com que gerasse uma preocupação para a União, acarretando a necessidade de gerar o superávit necessário para amenizar a dívida, como também para cobrir o financiamento de investimentos.

Uma vez realizadas estas considerações sobre o endividamento da União, cabe lembrar o objetivo do presente estudo, que buscou verificar a evolução da Dívida Pública Federal através do cálculo de alguns indicadores durante o período de 2003 a

2012, sendo observados os aspectos existentes, tanto como as receitas e despesas, no contexto dos fatores econômicos do período temporal analisado.

Nesta pesquisa, foi abordado o endividamento da Administração Direta, com base no cálculo dos Indicadores Financeiros do Endividamento Público da União a exemplo do tamanho da dívida, da carga da dívida; da importância do crédito e, por fim, da movimentação líquida de capitais, no recorte temporal de 2003 a 2012.

Merece ainda destaque o fato de que neste estudo optou-se pelo cálculo e interpretação de indicadores relativos, como forma de tentar evitar distorções nos resultados, em função das disparidades entre informações de um ano para o outro, ocasionadas pelos efeitos inflacionários.

4.2 INDICADORES FINANCEIROS DA DÍVIDA PÚBLICA

4.2.1 Tamanho da Dívida

O tamanho da dívida do governo é determinado por diversos fatores, sendo eles absolutos, relativos e, principalmente, por políticas fiscais que foram adotadas no passado e no presente. Sabe-se ainda que a escolha do financiamento, as formas de amortização e o volume dos juros afeta a dívida como um todo. Como citado, o termo absoluto se refere ao saldo devedor em determinado momento e o relativo leva em consideração o estoque da dívida, tanto interna, como externa. Enfatiza-se que o tamanho da dívida não é apenas relacionado em termos absolutos como relativos. Assim, deve-se levar em consideração outras variáveis importantes, tais como a situação econômica do governo, levando em consideração todos os fatores do período em foco. Ao se verificar o tamanho da dívida entre 2003 e 2012, percebe-se que este indicador apresentou queda entre o período de 2003 a 2009, devido ao aumento da receita líquida do referido período citado, havendo aumento em 2010 e, em seguida, uma queda foi registrada para este indicador.

Durante o recorte temporal estudado, segundo dados da Tabela 1, verifica-se que em todos os anos o estoque da dívida (interna e externa) aumentou progressivamente, embora o governo tenha anunciado diversas medidas para diminuir o tamanho da dívida. Ao se analisar este indicador, percebe-se que as operações de crédito sofreram várias oscilações, alternadas entre aumento e diminuição, causadas por motivos

diversos, a exemplo de diminuição de arrecadação da execução orçamentária. Na maioria dos anos estudados, constatou-se que a utilização das operações de crédito foi largamente motivada pelo refinanciamento da dívida pública existente. Ao se analisar o recorte temporal de 2003 a 2012, durante sete anos consecutivos, o tamanho da dívida obteve queda progressiva, em virtude da adoção de políticas fiscais que interferiram nesse resultado. Chama-se a atenção para o período 2003 a 2005, quando o indicador do tamanho da dívida atingiu um patamar de 2 (dois), indicando que o tamanho da dívida corresponde duas vezes à receita líquida. Mesma interpretação cabe nos anos seguintes, na qual houve queda do referido indicador.

O ano que representou maior índice do tamanho da dívida foi em 2003, atingindo 2.16. Nesse ano, segundo os Relatórios Anuais da Dívida Pública e o Balanço Geral da União, as operações de crédito atingiram 470.891 milhões de reais, sendo utilizadas para a aplicação em despesas operacionais, como o refinanciamento da própria dívida pública. Como foi citado anteriormente, o tamanho da dívida diminuiu nos anos anteriores, atingindo o menor índice em 2012, que correspondeu a 1,44. Tal fato se justifica pela queda das operações de crédito em relação ao período anterior e, conseqüentemente, pelo decréscimo na emissão de títulos.

É importante destacar que no ano de 2010 houve aumento significativo do tamanho da dívida, em detrimento dos anos anteriores, quando houve queda do mesmo. Tal aumento pode ser explicado pela elevação do estoque da dívida pública, que passou de 1.497 bilhões de reais para 1.694 bilhões de reais. Ademais, neste ano houve redução significativa da receita de capital e, conseqüentemente, da receita total, o que traduz uma menor arrecadação, de acordo com o balanço orçamentário deste mesmo ano. O Quadro 1 e o Gráfico 1 ilustram a trajetória do indicador tamanho da dívida, representado pela relação entre o estoque da dívida pública federal e a receita líquida da União. O Quadro 2 mostra como foi atingindo o resultado do tamanho da dívida, apresentando o estoque da dívida pública federal, as operações de crédito e a receita líquida. O Gráfico 1, por sua vez, ilustra os resultados organizados nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1 - Tamanho da Dívida

Tamanho da Dívida	
2003	2,16
2004	2,05
2005	2,02
2006	1,91
2007	1,86
2008	1,65
2009	1,69
2010	2,37
2011	1,65
2012	1,44

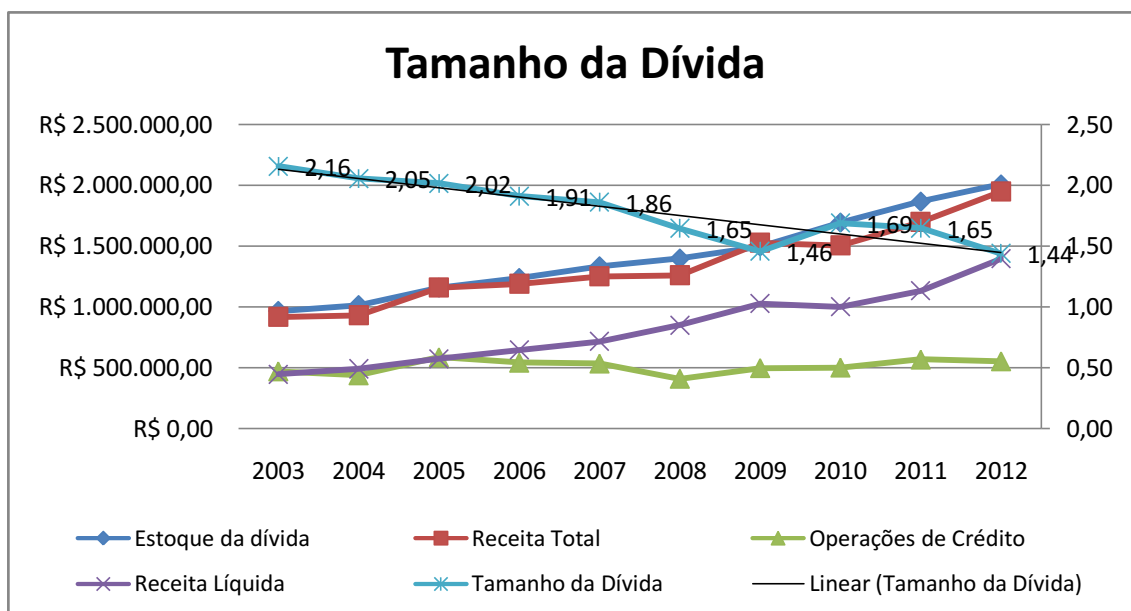
Fonte: Balanços Gerais da União e Relatórios da Dívida Pública Anual (2003 – 2012)

**Quadro2 - Cálculo do Indicador do Tamanho da Dívida
(Valor em R\$ milhões)**

Ano	Estoque da Dívida	Receita Total	Operações de Crédito	Receita Líquida	Tamanho da Dívida (%)
2003	965.800,00	918.350	470.891	447.459	2,16
2004	1.013.900,00	931.511	438.028	493.483	2,05
2005	1.157.100,00	1.161.133	587.242	573.891	2,02
2006	1.237.000,00	1.189.202	542.168	647.034	1,91
2007	1.333.800,00	1.251.827	535.240	716.587	1,86
2008	1.397.300,00	1.258.841	409.522	849.319	1,65
2009	1.497.400,00	1.526.631	497.744	1.028.887	1,46
2010	1.694.000,00	1.504.951	502.288	1.002.663	1,69
2011	1.866.400,00	1.700.996	567.992	1.133.004	1,65
2012	2.008.000,00	1.949.296	553.827	1.395.469	1,40

Fonte: Balanços Gerais da União e Relatórios da Dívida Pública Anual (2003 – 2012)

Gráfico 1 - Evolução do Indicador do Tamanho da Dívida



Fonte: Quadros 1 e 2

4.2.2 Carga da Dívida

4.2.2.1 Carga da Dívida em Relação à Receita Líquida

De modo geral, sabe-se que a carga da dívida pode ser verificada de dois modos. Em termos absolutos, quando se refere ao volume de recursos monetários comprometidos com o pagamento dos juros e amortizações em determinado momento; e em termos relativos, quando se leva em consideração a relação entre os compromissos com o pagamento da dívida pública e o volume total da despesa e receita públicas.

Ao se verificar o peso da carga da dívida em relação ao aspecto da receita líquida (diferença entre receita total e operações de crédito), constatou-se uma trajetória marcada por várias oscilações ao longo da série histórica estudada, tendo sido registrado o mais alto índice no ano de 2005 (1,1134) e o mais baixo (0,5292) em 2010, conforme demonstram os dados organizados e expostos nos Quadros 3 e 4 e no Gráfico 2. Os dados revelam ainda que, a partir de 2010, a carga da dívida voltou a aumentar.

O estudo revelou o aumento da receita líquida, ao longo do recorte temporal considerado. Em relação ao comportamento dos juros e encargos da dívida apresentaram evolução oscilante, tendo sido registrados tanto aumento, quanto queda em períodos distintos.

Cabe destacar que o ano de 2005 representou para o país um bom desempenho das captações internacionais. Em virtude disso, o Plano Anual de Financiamento (PAF) permitiu que o governo realizasse o pré financiamento do principal e dos encargos da dívida pública federal externa (DPFe), Devido ao crescimento das reservas internacionais e da evolução favorável do câmbio, ao longo do ano, o governo tomou a decisão de saldar, antecipadamente, os empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), fato este que implicou em uma transformação substancial no perfil da dívida pública brasileira. O efeito disso em relação à dívida pública federal interna foi desfavorável, havendo um crescimento do estoque da dívida pública federal, por conta do financiamento da compra de dólares.

Conforme já mencionado, o ano de 2010 representou o menor índice do serviço da dívida (0,5292), resultado que pode ser creditado ao aumento da receita líquida, acompanhado pela queda dos juros e encargos da dívida, como também pelo controle da inflação.

Quadro 3 - Serviço da Dívida/Receita Líquida

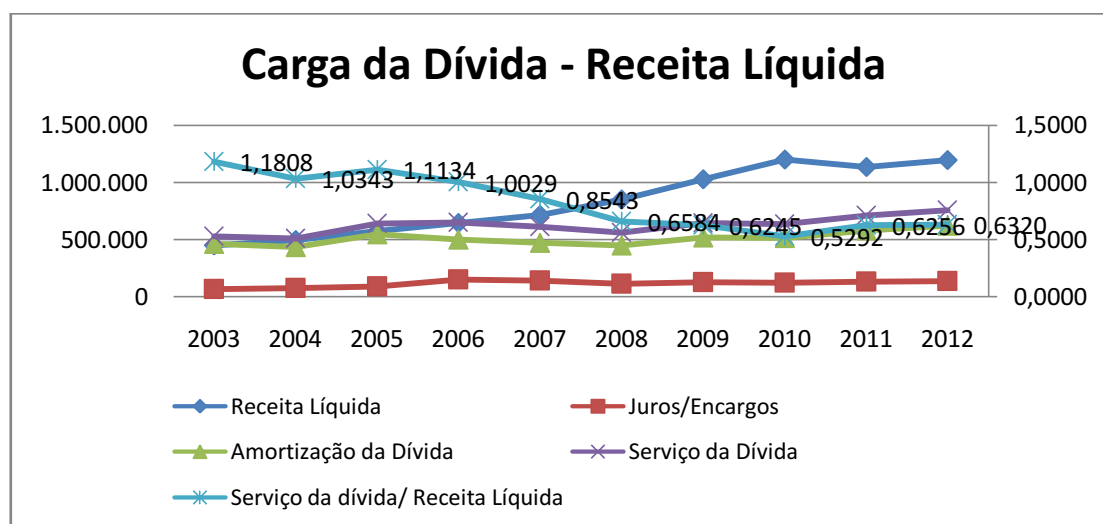
Ano	Serviço da Dívida/ Receita Líquida
2003	1,1808
2004	1,0343
2005	1,1134
2006	1,0029
2007	0,8543
2008	0,6584
2009	0,6245
2010	0,5292
2011	0,6256
2012	0,6320

Fonte: Balanços Gerais da União e Relatórios da Dívida Pública Anual (2003 – 2012)

**Quadro 4 - Cálculo do Indicador do Serviço da Dívida/ Receita Líquida
(Valor em R\$ Milhões)**

Ano	Receita Líquida	Juros/ Encargos	Amortização da Dívida	Serviço da Dívida	Serviço da Dívida/ Receita Líquida
2003	447.459	65.707	462.645	528.352	1,1808
2004	493.485	74.373	436.020	510.393	1,0343
2005	573.891	89.840	549.107	638.947	1,1134
2006	647.034	151.152	497.762	648.914	1,0029
2007	716.587	140.312	471.877	612.189	0,8543
2008	849.319	110.194	448.970	559.164	0,6584
2009	1.028.867	124.610	517.912	642.522	0,6245
2010	1.202.663	122.422	514.040	636.462	0,5292
2011	1.133.004	131.122	577.739	708.861	0,6256
2012	1.195.470	135.057	620.522	755.579	0,6320

Fonte: Balanços Gerais da União e Relatórios Da Dívida Pública Anual (2003 – 2012)

Gráfico 2 - Evolução do Indicador Carga da Dívida Em Relação à Receita Líquida

Fonte: Quadros 3 e 4

4.2.2.2 Carga da Dívida em Relação à Despesa Total

Ao se analisar a carga da dívida em relação à despesa total durante o período de 2003 a 2012, conforme dados dos Quadros 5 e 6 e do Gráfico 3, registra-se uma queda progressiva nos anos de 2005 a 2012, com exceção do ano de 2005. Embora o serviço da dívida tenha apresentado trajetória crescente durante a série histórica considerada, especialmente nos três últimos anos estudados, o indicador mostra um declínio crescente. Tal fato explica-se pelo crescimento substancial da despesa total ao longo dos anos.

Quadro 5 - Indicador do Serviço da Dívida em Relação a Despesa Total

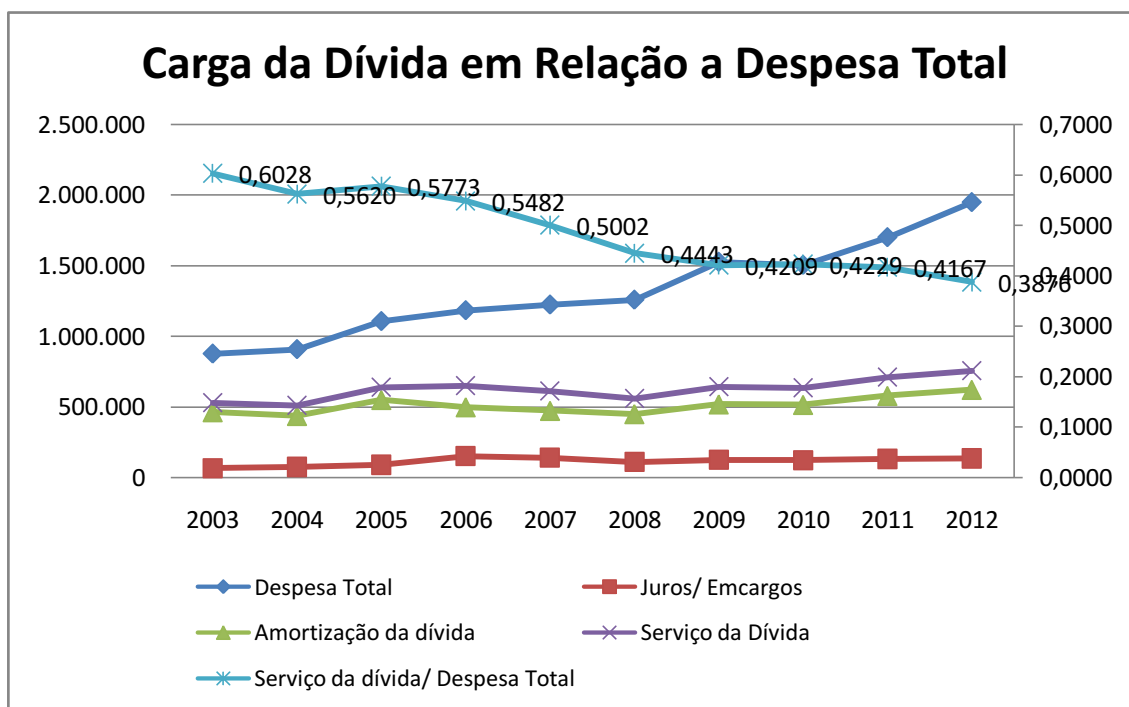
ANO	SERVIÇO DA DÍVIDA/ DESPESA TOTAL
2003	0,6028
2004	0,5620
2005	0,5773
2006	0,5482
2007	0,5002
2008	0,4443
2009	0,4209
2010	0,4229
2011	0,4167
2012	0,3876

Fonte: Balanços Gerais da União e Relatórios Da Dívida Pública Anual (2003 – 2012)

**Quadro 6 - Cálculo da Carga da Dívida em Relação a Despesa Total
(Valor em R\$ milhões)**

Ano	Despesa Total	Juros/ Encargos	Amortização da Dívida	Serviço da Dívida	Serviço da Dívida/ Despesa Total
2003	876.547	65.707	462.645	528.352	0,6028
2004	908.148	74.373	436.020	510.393	0,5620
2005	1.106.790	89.840	549.107	638.947	0,5773
2006	1.183.711	151.152	497.762	648.914	0,5482
2007	1.223.788	140.312	471.877	612.189	0,5002
2008	1.258.411	110.194	448.970	559.164	0,4443
2009	1.526.631	124.610	517.912	642.522	0,4209
2010	1.504.905	122.422	514.040	636.462	0,4229
2011	1.700.996	131.122	577.739	708.861	0,4167
2012	1.949.296	135.057	620.522	755.579	0,3876

Fonte: Balanços Gerais da União e Relatórios da Dívida Pública Anual (2003 – 2012)

Gráfico 3 - Evolução do Indicador Carga da Dívida em Relação à Despesa Total

Fonte: Quadros 5 e 6

4.2.3 Importância do Crédito

4.3.3.1 Importância do Crédito em Relação à Despesa Total

Ao ser analisada a importância do crédito, busca-se conhecer o grau de relevância da modalidade de financiamento sobre a estrutura das receitas e despesas da economia nacional, ou, em outros termos, indica o grau de dependência de determinado governo em relação às operações de crédito.

Durante o período estudado, este indicador apresentou-se bastante oscilante. Durante 3 anos consecutivos, foi verificada a queda da importância de crédito, passando de 0,5306 em 2005 para 0,3254 em 2008. Em seguida, registrou-se o aumento da despesa total, fato este que evidencia a manutenção do comprometimento da União em relação às despesas com juros, amortizações e refinanciamento da dívida; paralelamente, constatou-se a queda das operações de crédito, ou seja, a redução na realização de empréstimos tendo como recursos do Tesouro Nacional. Tudo isso acabou por se traduzir em uma redução crescente do refinanciamento da dívida pública federal.

Após 3 anos de queda do grau de dependência de empréstimos, o ano de 2010

registrou uma discreta elevação neste indicador, em função do aumento do volume de operações de créditos. Na realidade, neste ano, a execução do balanço orçamentário apresentou arrecadação abaixo do previsto, havendo redução das receitas de capital, ou seja, o governo recorreu ao Tesouro Nacional para obter financiamento, sendo importante destacar que neste ano o estoque da dívida pública federal aumentou em 2010. Enfim, considera-se que, em virtude do aumento das operações de crédito, houve a elevação do grau da importância de crédito, o qual foi utilizado para efetuar refinanciamentos, como também para cobrir despesas diversas da Administração Direta. O Quadro 7 evidencia o grau da importância de crédito, o Quadro 8 mostra o cálculo deste indicador, levando-se em consideração a despesa total e o Gráfico 8 representa a evolução, evidenciando aumento da despesa total e, ao mesmo tempo, a diminuição das operações de crédito, o que denota crescimento do indicador que revela a importância do crédito ao longo tempo.

Quadro 7 - Importância do Crédito em Relação à Despesa Total

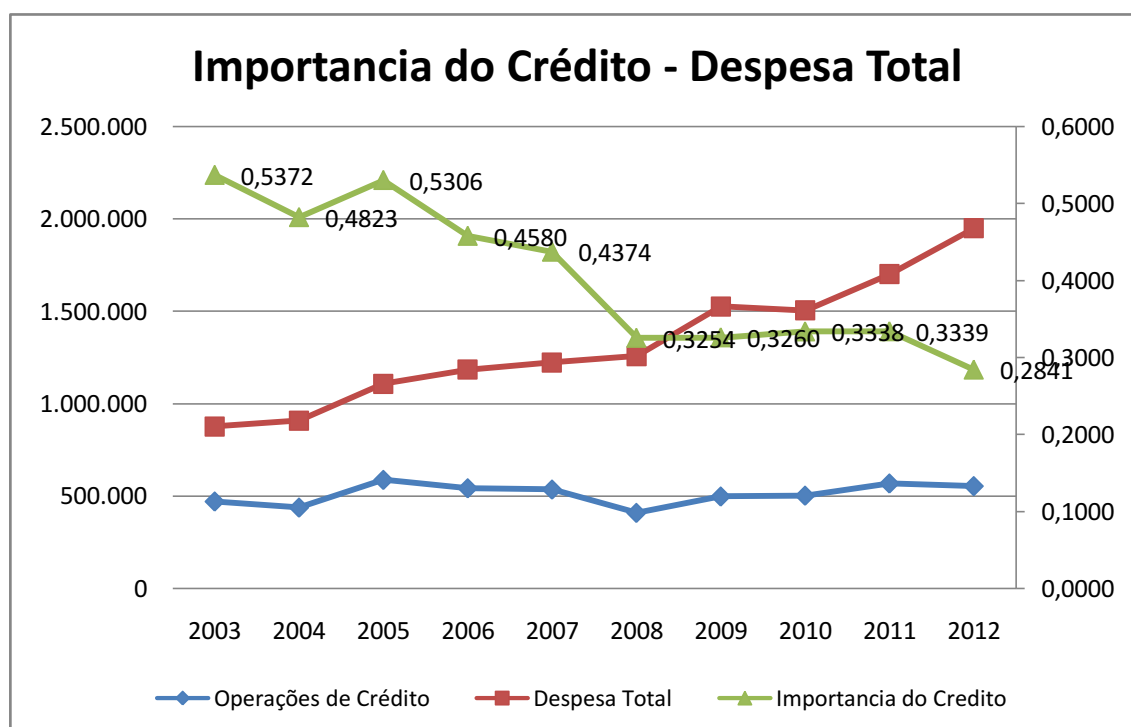
ANO	Importância do Crédito
2003	0,5372
2004	0,4823
2005	0,5306
2006	0,4580
2007	0,4374
2008	0,3254
2009	0,3260
2010	0,3338
2011	0,3339
2012	0,2841

Fonte: Balanços Gerais da União e Relatórios da Dívida Pública Anual (2003 – 2012)

Quadro 8 - Cálculo da Importância do Crédito em Relação à Despesa Total

Ano	Operações de Crédito	Despesa Total	Importância do Crédito
2003	470.891	876.547	0,5372
2004	438.028	908.148	0,4823
2005	587.242	1.106.790	0,5306
2006	542.168	1.183.711	0,4580
2007	535.240	1.223.788	0,4374
2008	409.522	1.258.411	0,3254
2009	497.744	1.526.631	0,3260
2010	502.288	1.504.905	0,3338
2011	567.992	1.700.996	0,3339
2012	553.826	1.949.296	0,2841

Fonte: Balanços Gerais da União e Relatórios da Dívida Pública Anual (2003 – 2012)

Gráfico 4 - Importancia do Crédito em Relação à Despesa Total

Fonte: Quadros 7 e 8.

4.2.3.2 Importância do Crédito em Relação à Receita Total

A observação dos dados apresentados do período de 2003 a 2012 evidencia uma constante oscilação das operações de crédito e, conseqüentemente, do grau da

importância do crédito. De 2005 a 2008 é evidenciada a diminuição da contratação das operações de crédito, acarretou na diminuição do grau da importância de crédito. Ao se verificar o período de 2007 a 2008, o grau passou de 0,4276 para 0,3243, sendo uma redução significativa. Tal resultado pode ser explicado pelo crescimento quase nulo das receitas orçamentárias. Alguns pontos merecem destaque em relação ao ano de 2008: a crise econômica mundial se intensificou mais em relação aos outros anos, registrou-se uma insuficiência de arrecadação orçamentária, configurada por despesas maiores que receitas e, por último, destaca-se o aumento da inflação. Em 2009 foi verificado o aumento do grau da importância do crédito, ou seja, houve a necessidade da contratação de operações de crédito para efetuar o financiamento de ações de interesse público. De modo geral, pode-se afirmar que, à medida em que a receita total aumentava, juntamente com a queda das operações de crédito, o grau de importância do crédito diminuiu, o que mostra um menor grau de dependência em relação a essa fonte de recursos no período de 2005 a 2008. Em 2012, a importância de crédito terminou em 0,2841, este resultado se deve ao fato do crescimento da receita orçamentária líquida em relação ao ano anterior. O Quadro 9 mostra as oscilações vistas no indicador no recorte temporal, o Quadro 10 mostra o cálculo da importância de crédito em relação à receita total e o Gráfico 5 demonstra a evolução deste indicador.

Quadro 9 - Importância do Crédito em Relação à Receita Total

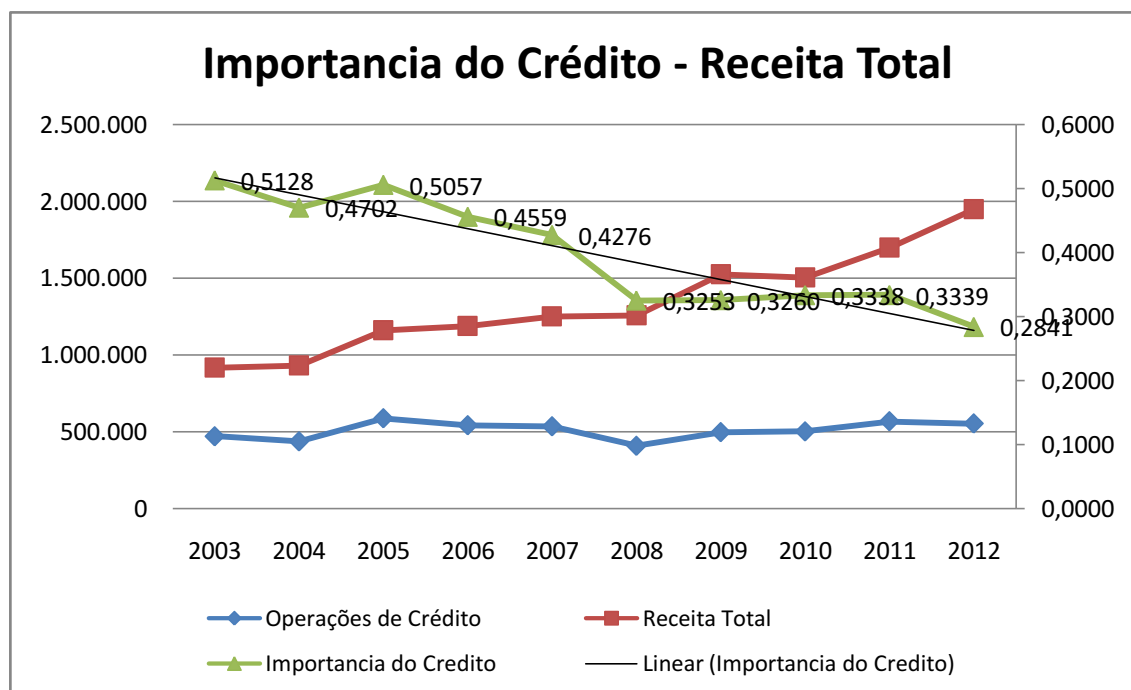
ANO	IMPORTANCIA DO CRÉDITO
2003	0,5128
2004	0,4702
2005	0,5057
2006	0,4559
2007	0,4276
2008	0,3253
2009	0,3260
2010	0,3338
2011	0,3339
2012	0,2841

Fonte: Balanços Gerais da União e Relatórios da Dívida Pública Anual (2003 – 2012)

Quadro 10 - Cálculo do Indicador da Importância de Crédito em Relação à Receita Total

Ano	Operações de Crédito	Receita Total	Importancia do Credito
2003	470.891	918.350	0,5128
2004	438.028	931.511	0,4702
2005	587.242	1.161.133	0,5057
2006	542.168	1.189.202	0,4559
2007	535.240	1.251.827	0,4276
2008	409.522	1.258.841	0,3253
2009	497.744	1.526.631	0,3260
2010	502.288	1.504.951	0,3338
2011	567.992	1.700.996	0,3339
2012	553.826	1.949.296	0,2841

Fonte: Balanços Gerais da União e Relatórios da Dívida Pública Anual (2003 – 2012)

Gráfico 5 - Importância do Crédito em Relação à Receita Total

Fonte: Quadros 9 e 10

4.2.4 Movimentação Líquida de Capitais

Ao se calcular este indicador, busca-se mensurar a contribuição da captação líquida de crédito para o financiamento dos investimentos.

Sabe-se que a contratação de um empréstimo, em situações ideais, deveria estar vinculada a um projeto de investimento. No presente estudo, descontados do montante

de novos empréstimos os desembolsos com o serviço da dívida contratada em períodos anteriores, obtém-se a efetiva participação do crédito na estrutura de fonte de recursos da União.

Ao observar os dados no recorte temporal de 2003 a 2012 pelos Balanços Gerais da União, constata-se que os resultados foram negativos em todos os anos da série, ou seja, o serviço da dívida (juros, encargos e amortizações) se manteve maior do que o próprio valor contratado a título de operações de crédito. Verifica-se, portanto, que a União não conseguiu saldar a dívida existente. Tais números indicam que o governo federal, durante todo o período estudado, acabou retirando parte de suas receitas próprias para cobrir os custos financeiros da própria dívida, cujo estoque apenas aumentou, configurando uma situação inadequada e preocupante.

A Tabela 11 demonstra a movimentação líquida de capitais, o Quadro 12 demonstra o cálculo efetuado, utilizando as operações de crédito, juros e amortização da dívida. O Gráfico 6, por sua vez, demonstra o comportamento da movimentação líquida de capitais.

Quadro 11 - Movimentação Líquida de Capitais

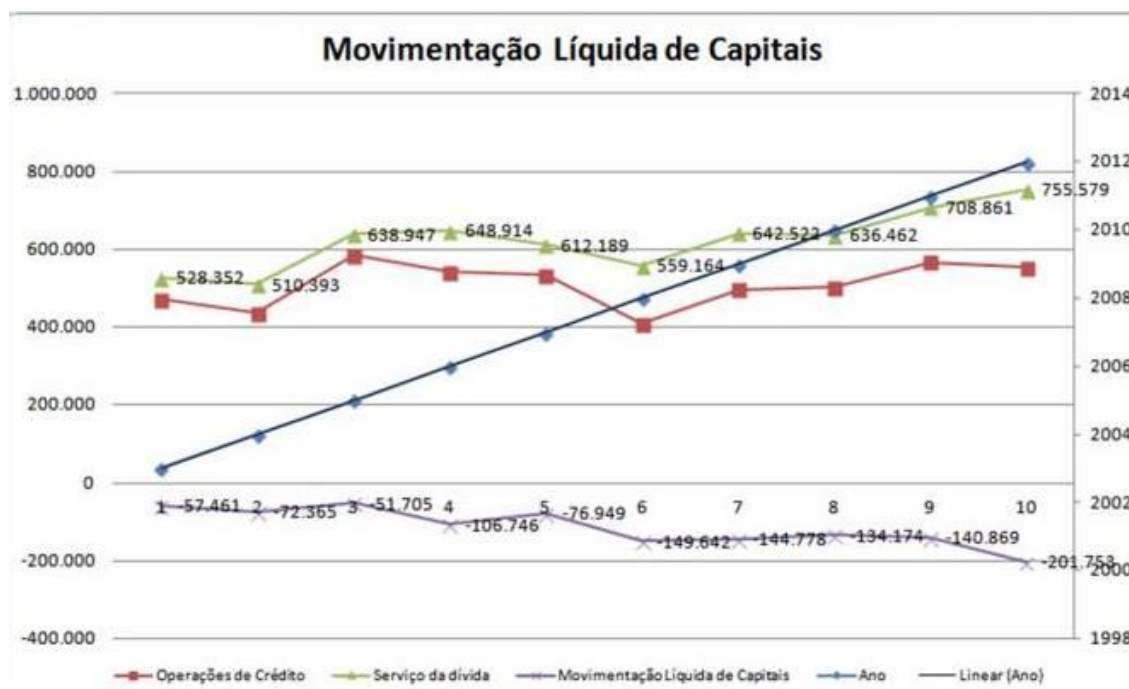
ANO	Movimentação Líquida de Capitais
2003	-57.461
2004	-72.365
2005	-51.705
2006	-106.746
2007	-76.949
2008	-149.642
2009	-144.778
2010	-134.174
2011	-140.869
2012	-201.753

Fonte: Balanços Gerais da União e Relatórios da Dívida Pública Anual (2003 – 2012)

Quadro 12 - Cálculo da Movimentação Líquida de Capitais

Ano	Operações de Crédito	Serviço da dívida	Movimentação Líquida de Capitais
2003	470.891	528.352	-57.461
2004	438.028	510.393	-72.365
2005	587.242	638.947	-51.705
2006	542.168	648.914	-106.746
2007	535.240	612.189	-76.949
2008	409.522	559.164	-149.642
2009	497.744	642.522	-144.778
2010	502.288	636.462	-134.174
2011	567.992	708.861	-140.869
2012	553.826	755.579	-201.753

Fonte: Balanços Gerais da União e Relatórios da Dívida Pública Anual (2003 – 2012)

Gráfico 6 - Comportamento da Movimentação Líquida de Capitais

Fonte: Quadros 11 e 12

4.3 A DINÂMICA DO GERENCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

Durante o período analisado, a União tomou medidas para efetuar o gerenciamento da dívida pública federal, com base no contexto econômico internacional.

Os Relatórios Anuais da Dívida Pública, disponibilizados pelo Tribunal de Contas da União anualmente, deixam claro que durante o período estudado houve a transferência de atividades do controle orçamentário da dívida pública do Banco Central para o Tesouro Nacional. Apesar disso, não houve controle em relação ao aumento da dívida interna da União. A partir de 2005 foi verificada a possível alta do preço dos barris de petróleo, que de certa forma alterou o comportamento da economia mundial e nos anos seguintes passou a ser fator de preocupação para os Estados Unidos, Europa, tendo atingido também o Brasil.

Ainda em 2005, o Brasil, na condição de último país a entrar na crise econômica mundial, apresentou um bom desempenho em termos de captações e recursos internacionais, o que permitiu ao governo o pré-financiamento de encargos da dívida pública federal externa. Tal medida provocou mudanças no perfil da dívida pública federal, principalmente no tocante à dívida externa. Conforme já mencionado anteriormente, houve a antecipação do pagamento de empréstimos externos juntamente ao FMI e, por outro lado, em relação ao ano anterior, houve o crescente aumento da dívida pública federal, ocasionado pelo financiamento da compra de dólares. Como foi ressaltado anteriormente em relação ao aumento do preço do petróleo em 2005, a situação econômica dos Estados Unidos começou a ser um fato de preocupação internacional, havendo uma possibilidade de crise do mercado imobiliário norte-americano. Diante desse contexto, a União tomou novas medidas para o gerenciamento da dívida. Em síntese, essas medidas podem ser resumidas da seguinte forma: antecipação de pagamento junto ao FMI, em 2005; pagamento junto ao Clube de Paris em 2006; e o corte da taxa Selic. O pagamento da totalidade da dívida externa resultou no aumento da dívida pública federal interna, o que gerou preocupação por parte do governo e da sociedade.

Seguindo o patamar do ano de 2006, houve mais uma queda em 2007 da taxa Selic e, conseqüentemente, o aumento do estoque da dívida pública, devido às medidas adotadas pelo governo, a partir das reduções da Taxa Selic.

Em anos seguintes houve o agravamento da crise econômica mundial. Em 2009 a crise econômica mundial que atingiu progressivamente os países do continente europeu, fez com que o governo tomasse medidas para amenizar a crise quando a mesma chegasse ao Brasil. Tais medidas consistiram no estímulo ao consumo de bens e serviços através da redução das taxas de juros e em redução da carga tributária. Mesmo assim, verifica-se o aumento do pagamento dos juros e encargos da dívida, havendo redução do estoque da dívida pública externa. Diante da situação agravante em 2009, a valorização do real em relação ao dólar justifica a redução da dívida pública federal. Este resultado se repete em 2010, havendo um maior controle inflacionário, devido à expansão de crédito através das medidas que foram adotadas pelo governo para que não houvesse fortes impactos da crise no país, sendo importante destacar que, através destas medidas, a economia ficou de certa forma preparada para enfrentar momentos de turbulência em 2011.

Cabe destacar que o ano de 2011 seguiu o patamar existente dos anos anteriores, com a queda da Taxa Selic, aumento das reservas internacionais e diminuição da dívida pública externa. Por outro lado, a dívida pública federal seguiu o ritmo de aumento desde o período de 2003. Como já foi enfatizado, a crise econômica prosseguiu nos anos seguintes. Em 2012, último ano estudado pela série, houve mais uma vez a redução da Taxa Selic, para que não pudesse ser colocado em risco a inflação. Um outro fato a ser chamado a atenção nesse ano, foi o aumento da dívida pública federal interna e externa. Embora tenha sido saldada a dívida externa, a mesma sofreu um incremento, em virtude da desvalorização cambial registrada no ano em questão. Portanto, cabe destacar, as medidas do governo para gerenciar a dívida pública enfatizaram o controle da dívida externa existente. Todavia, nos anos de 2003 a 2012, a dívida pública federal aumentou progressivamente, tendo o Brasil atingido, ao final do período estudado, grandes recordes de endividamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou identificar e analisar a evolução dos indicadores da dívida pública da União no período de 2003 a 2012, sob a perspectiva de analisar as receitas e despesas do balanço orçamentário como também o gerenciamento da dívida pública, em conformidade com as regras vigentes e com as políticas do Tesouro Nacional. Diante disso, buscou-se analisar o comportamento da dívida durante o recorte temporal analisado.

Ao verificar o questionamento do presente trabalho, foi verificado o quanto oscilaram as operações de crédito para o refinanciamento da dívida, tendo sido constatado que as mesmas não foram suficientes para cobrir o serviço da própria dívida, ou seja, durante todo o período estudado configurou-se a situação de movimentação líquida de capitais negativa. Pode-se dizer que, ao longo dos anos, a dívida pública federal cresce a cada dia. Sabe-se que, desde a provável crise econômica mundial que iniciou nos Estados Unidos, a qual se agravou nos anos seguintes, diante da crise imobiliária, o governo tomou medidas para evitar que a crise afetasse de forma agravante o Brasil. De certa forma, diante do bom desempenho existente das captações internacionais, o Brasil conseguiu saldar antecipadamente a dívida externa junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Clube de Paris. Ademais, também conseguiu reduzir a Taxa Selic em alguns impostos, a exemplo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis e eletrodomésticos para fortalecer o poder de compra do brasileiro.

Ao ser analisado o indicador Tamanho da Dívida, mesmo tendo resultado decrescente ao longo dos anos, em 2010 apresentou um significativo aumento em relação aos anos anteriores, devido à queda significativa da receita líquida. Quando se verifica o indicador da Movimentação Líquida de Capitais, em nenhum dos anos, as operações de crédito foram suficientes para saldar os juros e encargos, além das amortizações, que compõem o chamado serviço da dívida. Isso mostra, diante do indicador mencionado, o quanto o governo termina sendo dependente destas operações de crédito.

Sendo também observados os indicadores da carga da dívida em relação a despesa total, foi observado nos anos analisados, que o resultado era decrescente de 2006 a 2009, sendo que em 2010 o resultado foi elevado devido ao menor pagamento

dos juros e encargos da dívida. Diante do que foi citado sobre os indicadores carga da dívida e tamanho da dívida, o ano que teve destaque foi 2010, que registrou, por um lado, o aumento do estoque da dívida pública federal, enquanto a externa decresceu em relação ao ano anterior.

Foi averiguado, enfim, que a situação da dívida pública brasileira é preocupante, aumentando a cada dia e que as medidas de gerenciamento da dívida se tornaram agravantes para o Brasil, como também a forma do gerenciamento, que tem resultado no alongamento do prazo de pagamento da dívida, a qual se acumula vertiginosamente no decorrer dos anos. Diante da melhora das captações internacionais e valorização do dólar, ao longo dos anos, a situação da dívida externa parece ser amenizada. Todavia, mesmo com as medidas que foram adotadas durante a progressão da crise econômica mundial nos países do continente europeu, tais como a redução de taxas e impostos no Brasil para que não se tornasse insustentável a situação, não houve uma queda da dívida pública federal no seu total. Do contrário, apenas tem evoluído os níveis de endividamento, agravando-se a cada dia, o que torna mais comprometedor a situação da economia brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sídia Fonseca. **Avaliação Econômico-Financeira dos Empréstimos Externos na Paraíba (1980-1990)**. 1996. 89f. Dissertação. Mestrado em Administração - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1996.

BALANÇO GERAL DA UNIÃO. Disponível em <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/index.asp>> Acesso em: 17 jul. 2014.

BERNARDONI, Doralice Lopes; CRUZ, June Alisson Westarb. **Planejamento e Orçamento na Administração Pública**. 2. ed. Curitiba: Ibpx, 2010. (Série Gestão Pública).

BRASIL. **Lei 4.320/64, de 17/03/1964** - estatui normas gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços Gerais da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm> Acesso em: 17 jul. 2014.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Despesa Nacional. Brasília**: STN/ Coordenação Geral de Contabilidade, 2008. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao.htm>> Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório Anual da Dívida Pública**. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/divida_publica/rad.asp> Acesso em: 24 ago. 2014.

COSTIN, Cláudia. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUND, Sergio. **Administração, Orçamento e Contabilidade Pública**: teoria e 830 questões. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS, José Pereira. **Curso de Administração Pública**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDONÇA, Felix. Desmistificando a Dívida Pública. In: MENDONÇA, Felix. **A Dívida Pública Brasileira**. Consultor Legislativo César Costa Alves de Mattos, coordenador, Consultor Legislativo Alberto Pinheiro de Queiroz Filho, Consultor

Legislativo Edilberto Carlos Pontes Lima. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005. 199 p. : il. (Série Cadernos de Altos Estudos ; n. 2)

MEIRELES, Helly Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: RT, 1991.

PALUDO, Augustinho. **Orçamento Público AFO e LRF**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SILVA, Maria Conceição. A Dívida Pública do Setor Público Brasileiro: Seu Papel no Financiamento dos Investimentos Públicos. In: **Relatório de Pesquisa**, n. 32. INPES-IPEA, Rio de Janeiro, 1976.

SUDENE. **Endividamento dos Estados da Região Nordeste**. DPO/EFF, Recife, 1988.

VERGARA, Sylvia Contant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WALDO, Dwing. **O Estudo da Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1971.